

1 **ATA DA DUCENTÉSIMA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DO CONSELHO**
2 **MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA NO DIA DOZE DE**
3 **MARÇO 2015, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO**
4 **SOCIAL E CIDADANIA - SEMDESC. HORÁRIO: 14h06min. QUORUM DE ABERTURA:**

5 Constatada a presença dos conselheiros (as): Lucidalva Barreto dos Santos (representante da
6 sociedade civil – Núcleo dos Assistentes Sociais - titular); Gilmar da Silva Lima (representante do
7 governo - SEMDESC); Rúbia Janaina da Silva Rodrigues (representante da sociedade civil -
8 APAE); Neuzira Cardoso Otoni (representante da sociedade civil – Psicólogos); Dilma das Graças
9 Queiroz (representante da sociedade civil - Abrigo Frei Anselmo); e Elizênia Gomes Camacho
10 (representante sociedade civil – Associação Mão Amiga) e Júnia Gracielle Ribeiro Mendes
11 (representante do governo – SESAU). Presentes como convidados, Adão Francisco Ribeiro e
12 Laiane Soares Xavier Leitão. Ainda presentes, Isabel Aparecida Cruz Randi, técnica da SEMDESC,
13 Larissa Carolina de Barros Menezes, Chefe da Divisão dos Conselhos, e Kamilla Sousa Sales,
14 Assessora Especial de Gabinete a serviço da SEMDESC. Lucidalva iniciou a reunião
15 cumprimentando a todos. Passando ao primeiro ponto de pauta: apreciação e deliberação do
16 “*Relatório SIM-SUAS do mês de fevereiro/2015*”, foram analisados os relatórios da Proteção Social
17 Básica e da Proteção Social Especial, e ainda o saldo financeiro do cofinanciamento estadual Piso
18 Mineiro da Assistência Social, no valor de R\$ 92.069,25 (noventa e dois mil e sessenta e nove reais
19 e vinte e cinco centavos). Na oportunidade da análise dos dados da proteção especial o secretário e
20 conselheiro Gilmar informou o desligamento de 6 (seis) crianças e adolescentes que retornaram à
21 responsabilidade de familiares. Neuzira falou de sua preocupação em relação aos desligamentos, se
22 estaria havendo o acionamento dos órgãos envolvidos, para um acompanhamento da rede com
23 vistas a não haver uma reincidência. Após análises e discussões, Lucidalva colocou para votação os
24 Relatórios do SIM SUAS – Fevereiro de 2015, sendo aprovados da seguinte forma: Gilmar
25 (aprovou); Elizênia (aprovou); Dilma (aprovou); Lucidalva (aprovou); Rúbia (aprovou); Neuzira
26 (aprovou); e Júnia (aprovou). Passando ao segundo ponto de pauta “*Relatório das visitas*”, Rúbia
27 explicou que na reunião de comissão foi constatado que o documento enviado pelo Abrigo Frei
28 Anselmo tratava-se do Plano de Trabalho utilizado para apresentação de proposta de utilização do
29 recurso proveniente de subvenção municipal. Dessa forma irá aguardar o envio dos Planos de Ação
30 das entidades inscritas cujo prazo limite é 30 de Abril. Quanto ao terceiro ponto de pauta
31 “*Apresentação de relatórios das Comissões*”, Neuzira falou da visita da comissão às três unidades
32 de cozinhas e padarias comunitárias, onde foram constatadas algumas situações preocupantes como
33 a utilização de mão de obra ausente de vínculo formal, apesar da informação da pessoa responsável,
34 qual seja a proprietária da empresa licitada, de que todos os funcionários teriam carteira de trabalho
35 devidamente assinada; falta de cardápio estipulado e sendo cumprido, havendo ainda diferenciação
36 de produtos nas três unidades; não cumprimento da meta de fornecimento; a unidade do Bairro

37 Mamoeiro estaria funcionando de forma precária, quase sem manutenção; dentre outros problemas
38 detectados. Os membros da comissão pontuaram a preocupação com os reais objetivos e impactos
39 do programa, quais sejam a segurança alimentar e nutricional, e ainda se o público alvo estaria
40 sendo atingido. Aparentemente o programa teria se transformado em um empreendimento
41 particular, privado e puramente lucrativo. Diante as discussões e as graves irregularidades
42 apontadas, foi sugerido solicitar o comparecimento de responsável pela Secretaria Municipal de
43 Planejamento – SEPLAN para prestar esclarecimentos quanto a como funcionaria o convênio e
44 possibilidades de maior controle do poder público. Foi sugerida ainda a notificação do Ministério
45 do Trabalho quanto às formas irregulares de contratação de mão de obra nas cozinhas e padarias,
46 vez que o CMAS não poderia corroborar com formas de precarização das relações de trabalho.
47 Colocado em votação os encaminhamentos anteriormente apontados, foram aprovados da seguinte
48 forma: Gilmar (aprovou); Elizênia (aprovou); Dilma (aprovou); Lucidalva (aprovou); Rúbia
49 (aprovou); Neuzira (aprovou); e Júnia (aprovou). Passando as visitas às Casas Lares relatou-se que
50 quanto às condições de habitabilidade das unidades, constatou-se que estariam bastante
51 satisfatórias. No entanto quanto à rotina das casas, frequência escolar e outras atividades diárias,
52 disciplina e limites necessários aos acolhidos, constataram uma total falta de planejamento, que
53 acaba por determinar uma situação conflituosa e caótica. Ainda quanto aos funcionários,
54 especialmente os cuidadores, relataram a ausência de vínculos formais trabalhista, havendo
55 contratação de plantonistas que recebem diárias pelo serviço prestado. Gilmar explicou que após a
56 determinação judicial para substituição dos cuidadores por inaptidão, e mediante a realização de
57 processo seletivo simplificado em aberto, infelizmente, somente após a posse dos aprovados do
58 referido processo, seria possível modificar a atual situação vivenciada. Rúbia pontuou que entende
59 que a situação seria um pouco mais complexa, pois observava que a falta de envolvimento da
60 equipe de trabalho responsável pela manutenção das casas prejudicava sobremaneira a qualidade do
61 serviço e o impacto na vida dos acolhidos, ainda antes da situação de desfalque de funcionários.
62 Lucidalva concordou salientando ainda que seria preciso aproveitar a oportunidade de renovação,
63 mediante a mudança de local e recomposição do quadro de funcionários, e propor o
64 desenvolvimento de um trabalho pautado na proposta de acolhimento de caráter provisório, mas
65 acima de tudo garantidor de direitos e não como espaço de revitimização, como vem acontecendo.
66 A comissão sugeriu que quanto a Casa Lar Unidade I, que atende os adolescentes, que haja uma
67 realocação, pois o imóvel fica na avenida que margeia o Córrego, onde há grande fluxo de pessoas
68 que utilizam o local para prática de caminhada e outros esportes, colocando os adolescentes
69 expostos à curiosidade popular, vez que os mesmos são vistos na calçada até altas horas. Lucidalva
70 falou ainda da informação de que não estaria havendo critério para o ingresso de pessoas estranhas
71 nas casas, ocorrendo ainda visitas de cunho político e de outras pessoas da comunidade. Quanto a
72 esta informação, Gilmar esclareceu que já havia enviado comunicação interna aos equipamentos

73 proibindo terminantemente a entrada de pessoas estranhas sem expressa autorização da SEMDESC.
74 Lucidalva sugeriu agendar reunião com a nova juíza e o novo promotor para discutir a situação
75 elencada, sendo acatado por todos. Em “*Informes Gerais*” Lucidalva procedeu à leitura de ofício do
76 Departamento de Cadastro Único, informando o encerramento dos contratos de cadastradores
77 daquele departamento, o que provocaria prejuízos ao atendimento do grande número de cidadãos
78 que procuram diariamente o local. Em seguida procedeu a leitura de resposta enviada ao Cadúnico
79 pela Procuradoria Jurídica do município, mediante a solicitação de prorrogação dos contratos, onde
80 o procurador posicionou-se desfavorável a medida, argumentando a descaracterização do caráter
81 temporário e provisório dos contratos. Em seguida Lucidalva passou a palavra ao coordenador local
82 do Cadastro Único, Adão Francisco, que elencou os prejuízos decorrentes da eminente falta de
83 funcionários, diante a importância do Cadúnico para o desenvolvimento de vários programas,
84 projetos, serviços e benefícios ligados às políticas de assistência social, habitação e outras. Na
85 oportunidade, Lucidalva falou que a situação atingirá todos os cargos providos pelo processo
86 seletivo realizado no ano de 2011, e que em ambas situações ocorre uma desconsideração do saber
87 do funcionário que está no cargo, o qual foi capacitado para exercer a função, além da experiência,
88 para substituir por outro que ingressará pelo processo seletivo em aberto. Lucidalva falou ainda
89 entender a situação do município, quando preocupa-se em tomar decisões pautadas na legalidade,
90 porém sugeriu procurar a procuradoria jurídica expondo a situação e solicitando providências
91 visando a continuidade do serviço, e não havendo um posicionamento concreto da administração
92 contactar o ministério público, sendo acatado por todos os presentes. Em tempo, Adão informou a
93 suspensão das atividades do laboratório de informática, mantido pelo Cadúnico, devido à falta de
94 instrutor, e mediante a impossibilidade de contratação. Em seguida Lucidalva passou a leitura de
95 ofício recebido da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Unaí, relatando a
96 recusa de atendimento das empresas de transporte coletivo urbano e rural conforme preconiza a lei
97 municipal, quanto ao número de viagens gratuitas às pessoas com deficiência e ou idosas, gerando
98 assim ônus financeiro e muitas vezes inviável às pessoas que utilizam o serviço, além de estar
99 havendo o descumprimento de um direito adquirido. Rúbia informou que em prévia análise da lei
100 não encontrou a informação quanto à limitação de quantidade de acessos gratuitos ao serviço. Foi
101 sugerido encaminhar a situação à procuradoria jurídica, solicitando esclarecimentos quanto a
102 aplicabilidade da lei e também de possível termo de convênio com as empresas responsáveis, com
103 vistas a entender o funcionamento do serviço e ainda garantir o direito da população. Passando a
104 mais um informe, Lucidalva procedeu a leitura de e-mail do Conselho Estadual de Assistência
105 Social – CEAS, repassando orientações do CONGEMAS para regulamentação da Política
106 Municipal de Assistência Social, ficando decidido encaminhar o documento para a Comissão de
107 Análise de Instrumentos Legais, para posterior devolutiva à plenária. Nada mais havendo a tratar, a
108 presidente encerrou a reunião agradecendo a presença de todos e eu, Isabel Aparecida Cruz Randi,

109 lavrei essa ata que será lida e aprovada por todos os presentes em reunião posterior.

110 **ENCERRAMENTO:16h31min.**